

Sistema de Governo começa a ser discutido depois da Semana Santa

11 ABR 1987 O GLOBO ANC pág 6

BRASÍLIA — A Constituinte começa a discutir o sistema de Governo a ser adotado pelo País — presidencialismo ou parlamentarismo — no dia 22, logo depois da Semana Santa. A decisão foi anunciada ontem, após consultar o plenário, pelo Presidente da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, Deputado Oscar Corrêa (PFL-MG). Ele explicou que esta discussão preliminar vai determinar o encaminhamento dos demais assuntos a serem tratados no âmbito da Comissão, como a fixação do mandato do Presidente José Sarney.

A necessidade de fixar previamente o sistema de Governo começou a ganhar força entre os constituintes a partir da apresentação de um projeto de resolução pelo Deputado César Cals Neto (PDS-CE). Outra proposta foi feita pelo Líder do PTB, Gastone

Righi (SP), para quem não se pode iniciar qualquer discussão sobre questões do Executivo e Legislativo sem antes saber qual será a forma de Governo adotada pelo País.

O Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça (PMDB-RS), já havia anunciado que pretendia realizar, a partir do dia 15, um levantamento sobre os pontos polêmicos que serão debatidos pela Comissão, entre eles o sistema de Governo. Diante do grande número de interessados em definir logo a questão, Oscar Corrêa marcou logo o início das discussões.

O Presidente da Frente Parlamentarista, Senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), já apresentou uma sugestão de norma à Constituinte que introduz, de forma definitiva, o parlamentarismo. Pela proposta da

Frente, o Presidente da República será eleito pelo voto direto para um mandato de seis anos, com o poder de nomear o Primeiro-Ministro.

O primeiro depoimento à Subcomissão do Sistema Financeiro — que faz parte da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças — será desfavorável aos bancos privados. O Presidente da Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), José Flávio Ventrice Berçott, convidado a comparecer à Subcomissão, em data a ser marcada, disse ontem que o sistema financeiro nacional caracteriza-se atualmente por privilégios excessivos aos bancos privados.

O Presidente da Anabb — entidade fundada há dez meses e que conta com 25 mil associados — defenderá o aumento da participação do Banco do Brasil no sistema financeiro.